



**ORGANIZAÇÕES
NEGRAS
RUMO À COP29**



ORGANIZAÇÃO

Natália de Sena Carneiro

TEXTOS

Mariana Belmont

Natália Carneiro

Natália Neris

TRANSCRIÇÃO DE FALAS

Renata Juliotti

PROJETO VISUAL

Silvana Martins Costa (Estúdio Aruêra)

REVISÃO

Layne Gabriele

ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

Alma Preta

Casa Sueli Carneiro

Coalizão Negra por Direitos

Geledés - Instituto da Mulher Negra

Instituto de Referência Negra Peregum

Movimento Negro Evangélico

Observatório da Branquitude

PerifaConnection

Rede por Adaptação Antirracista

REALIZAÇÃO

Geledés - Instituto da Mulher Negra

APOIO

Ford Foundation - Brasil

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS



**ORGANIZAÇÕES
NEGRAS
RUMO À COP29**

AGOSTO DE 2025

Intervenções

Treinamentos Ford



EM AGOSTO DE 2024, organizações da sociedade civil brasileira que atuam com justiça climática participaram do *Treinamento Ford*, com *Iradj Eghrari*, como preparação estratégica para a COP29, realizada em Baku, Azerbaijão, entre 11 e 22 de novembro de 2024. O encontro reuniu lideranças de diferentes áreas para aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas de negociação internacional, as agendas prioritárias para o Brasil e os países do Sul Global, e as estratégias de incidência política no espaço multilateral da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

O treinamento foi pensado especialmente para organizações com a pretensão de participar da COP29 e buscou fortalecer o repertório de intervenção qualificada dessas entidades nos debates e processos decisórios que impactam diretamente territórios e populações vulnerabilizadas.

Ao longo dos módulos, discutiram-se temas centrais como financiamento climático; adaptação e mitigação; comércio de créditos de carbono; invisibilização da população afrodescendente nas negociações; o papel da diplomacia brasileira; e a importância de inserir raça e combate ao racismo como pautas estruturantes nas agendas climáticas internacionais.

Esta cartilha reúne trechos das falas e reflexões compartilhadas durante o treinamento, preservando a diversidade de perspectivas e a riqueza das contribuições trazidas pelas pessoas participantes. O objetivo é oferecer um registro que possa servir como referência para outras organizações, redes e coletivos que atuam na intersecção entre justiça climática, direitos humanos e equidade racial, contribuindo para a construção de uma participação cada vez mais forte, estratégica e representativa nos espaços internacionais de negociação climática.

Vale destacar que o treinamento foi dividido em módulos, que apresentaremos a seguir.

Ao final da cartilha trazemos um relato sobre eventos paralelos realizados pelas organizações participantes do treinamento e dois artigos assinados por Mariana Belmont e Natália Neris que trazem reflexões sobre os resultados da COP29.



¹ IPCC foi criado em 1988 pela ONU e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) para avaliar, de forma científica, tudo o que se sabe sobre mudanças climáticas

² Maria Fernanda Lemos é urbanista, professora da PUC-Rio e coordenadora de extensão do NIMA. Autora-líder do IPCC, foi responsável pela coordenação do capítulo “América do Sul e Central” do Sexto Relatório de Avaliação, dedicado à adaptação e às vulnerabilidades.

MÓDULO 1 CENÁRIOS, RISCOS E ESTRATÉGIAS PARA INCIDÊNCIA NA COP29

O primeiro módulo do treinamento abordou os principais temas em debate no processo preparatório da COP29, com destaque para as disputas em torno dos dados do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), o mercado de créditos de carbono, o financiamento climático e a invisibilização das populações afrodescendentes nas negociações. Foram discutidas também as dificuldades e estratégias para avançar agendas como adaptação, perdas e danos, e transição justa, além da importância de qualificar a participação do movimento negro brasileiro no diálogo com a diplomacia e nas articulações internacionais.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC)¹.

MARIANA BELMONT | GELEDÉS: *Uma das coisas que eu tenho pensado é a gente se aproximar dos cientistas brasileiros que participam do IPCC. Tem uma lista grande de brasileiros que participam da construção dos relatórios, como a Maria Fernanda², que está nesse*



MARIANA BELMONT,
GELEDÉS

FOTO: ISABELA GAIDIS/
GELEDÉS-INSTITUTO
DA MULHER NEGRA

próximo relatório que sai agora em outubro. Mas nem todos os países acreditam nos dados do IPCC. Mesmo entre aqueles que participam das negociações e das COPs ou conferências de Bonn³, há países que questionam os dados do IPCC, justamente os países que mais produzem petróleo. Os petrolíferos questionam os dados do IPCC.

CONTEXTO: Discussão do Protocolo de Kyoto / comércio de crédito de carbono e invisibilização da população afrodescendente.

MARIA JOSÉ MENEZES | CND: *O que me preocupa bastante é essa questão dos créditos de carbono. O planeta é um sistema fechado, gente. Então, os países que estão na transição energética, que poluem menos, o Brasil, por exemplo, vender crédito de carbono é uma loucura. E a gente precisa trabalhar muito com isso, porque, embora pareça alguma coisa que, a curto prazo, seja interessante economicamente [...] Mas, primeiro: esses créditos, esses valores vão ser direcionados para quê? E, segundo: é interessante para o planeta isso? É interessante você pensar num sistema fechado, em que você, ao invés de reduzir mais,*



³ A Conferência de Bonn é um encontro anual que funciona como etapa preparatória da Conferência das Partes (COP), tendo como objetivo impulsionar as negociações internacionais sobre o clima e definir os encaminhamentos para a edição seguinte da COP.

MARIA JOSE
MENEZES,
CND

reduzir ao máximo as emissões de carbono, as emissões de gases de efeito estufa no planeta, possibilitar com que uns continuem produzindo e outros comprem créditos. Nós, enquanto países periféricos, teremos essa vantagem, mas é um sistema fechado, o planeta é fechado. Então, assim, é algo que soa como um grande risco. Muito, muito, muito grande. A gente precisa formar a nossa gente, mas no sentido de termos as nossas pessoas negras, o mais possível, que se apropriem desses conhecimentos para fazer uma discussão que seja muito qualificada.

CRÉDITO DE CARBONO E INVISIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE.

THAYNAH GUTIERREZ | REDE POR ADAPTAÇÃO ANTIRRACISTA:

Queria aproveitar esse assunto do mercado de carbono e do que a Zezé trouxe para trazer um complemento também em relação ao financiamento, porque tem essa disputa global por financiamento que a gente tem acompanhado a cada conferência climática. Internamente, o Brasil tem lutado, interna e externamente, para conseguir mais financiamento, e o que a gente tem assistido dentro



THAYNAH
GUTIERREZ, REDE
POR ADAPTAÇÃO
ANTIRRACISTA

FOTO: ISABELA GAIDIS/
GELEDÉS-INSTITUTO
DA MULHER NEGRA

do Fundo Clima é que esse financiamento está sendo todo direcionado também para o investimento em mercado de carbono, e não para adaptação, perdas e danos e as outras agendas de que temos muita necessidade enquanto país. Então, acho que é superimportante também estressar um pouco esse diálogo com os negociadores climáticos sobre o financiamento para o mercado de carbono, para que aqui, internamente, no Brasil, também se consiga disputar os recursos para outras agendas que, fazendo as análises que temos feito, são mais prioritárias do que o mercado de carbono no contexto do Brasil. E acho que fazer essa conexão com o financiamento pode ser uma boa oportunidade para se dialogar com os negociadores climáticos.

BONN, ALGUMAS DAS DISCUSSÕES DO NCQG⁴, SENTIMENTO SOBRE O DEBATE.

MARIANA BELMONT | GELEDÉS: *No debate em Bonn, pelo menos, havia uma expectativa de que se avançasse em agendas que também são caras, importantes pra gente, como adaptação, perdas e danos,*

⁴. O NCQG (New Collective Quantified Goal on Climate Finance) é a nova meta global de financiamento climático que, a partir de 2025, substituirá o compromisso de mobilizar US\$ 100 bilhões anuais destinados a apoiar países em desenvolvimento na mitigação, adaptação e no enfrentamento de perdas e danos associados às mudanças climáticas.

**MARIANA
BELMONT,
GELEDÉS**

transição justa. Mas tudo ficou meio preso e deixado para depois, tanto que teve várias discussões que não vão ser nem discutidas nessa COP. Elas foram jogadas para a Bonn do ano que vem e para a COP30 do ano que vem, por conta do dinheiro, porque tudo gira em torno de dinheiro, para transição, perdas e danos, especialmente adaptação e mitigação. O que se vê é os países ricos, o tempo todo, com essa estratégia de prenderem a discussão. Aí sai todo mundo em bloco da sala. A discussão está avançando, aí alguém fala: G77⁵, por favor, todo mundo lá fora. Então os países saem. Fica todo mundo esperando durante meia hora, eles voltam, têm uma posição de segurar a discussão, encerram, vai para outro dia e isso fica um pouco custoso. Mas eu acho que é no mesmo espírito do Acordo de Paris, porque o recurso do Acordo de Paris também até hoje não chegou para os países, desde 2015. Acho que nessa discussão das metas isso também vai acontecer. Me parece que os países, tanto agora o Azerbaijão quanto o Brasil, querem avançar nisso nessas duas COPs, porque, senão, vai ficar feio, né? Segundo eles, vai ficar muito feio se pelo menos algum acordo e algum recurso não forem colocados na mesa. Mas, ao mesmo tempo, o avanço das mudanças climáticas está tão grande que o recurso que antes era prioritário já aumentou. Cem bilhões não dá para nada agora.

⁵. O G77 (Grupo dos 77) é uma coalizão criada em 1964 para articular os interesses dos países em desenvolvimento nas negociações internacionais. Atualmente, reúne 134 membros e, nas conferências do clima, atua em conjunto com a China sob a denominação “G77 + China”.

FINANCIAMENTO

MARIANA BELMONT | GELEDÉS: *Há uma discussão forte de que esses recursos, além de serem recursos que vão para políticas públicas, para o Estado, qualquer que ele seja, nessa orientação de construção de política pública há um caminho de já ir dizendo e falando com a diplomacia qual é o território, qual é a cor das pessoas, qual é o gênero das pessoas e pedindo para que esses indicadores, essas metas sejam voltados para essa população. Mas também que recursos, isso tem sido exigido por vários países, países insulares, países que estão desaparecendo por conta das questões climáticas, cheguem na ponta, cheguem para as organizações, para adaptações comunitárias, para mitigação, para que existam recursos que permitam a essas organizações atuarem em seus territórios. Porque, quando se fala de adaptação, não estamos falando de um modelo. Apesar de que no Brasil o governo tem olhado para uma coisa meio modelão, como se coubesse uma adaptação para todos os territórios. A adaptação é muito diferente em cada território. A adaptação climática numa região litorânea é completamente diferente da de uma região de seca. Enfim, há diversos tipos.*

**MARIANA
BELMONT,
GELEDÉS**

Então, esse empoderamento das organizações com recurso que chega na ponta também tem um papel do Fundo Clima, do Fundo Amazônia e de outros fundos que venham a existir, talvez um fundo de adaptação, que sejam fundos com recursos não reembolsáveis. Porque hoje o Fundo Clima é reembolsável, a gente precisa devolver o recurso para ele, como se fosse financiamento. Mas é preciso que esse recurso chegue, de fato, na ponta, para soluções e tecnologias comunitárias e tradicionais, como as quilombolas e as comunidades.

MESA DE NEGOCIAÇÃO E INTERVENÇÃO COM O ITAMARATY

LETÍCIA LEOBET | GELEDÉS: *Mas só queria fazer uma contribuição, ainda pensando um pouco sobre essa relevância de dialogar, tanto dialogar com outros Estados-membros, mas também conseguir fazer esse mapeamento a partir das diversas narrativas, ou seja, de com quem eu quero, com quem eu converso, com quem eu não converso, quem está dialogando com as coisas que a gente está propondo. Agora, em Bonn, por exemplo, na negociação de transição justa, estávamos pressionando o Leonardo Souza Santos, diplomata*



**LETÍCIA LEOBET,
GELEDÉS**

FOTO: ISABELA GAIDIS/
GELEDÉS-INSTITUTO
DA MULHER NEGRA

responsável pela inclusão do termo raça na negociação. E, de pronto, ele veio com um retorno para a gente: “ah, não dá, é muito difícil, porque os países africanos não aceitam”. E aí a gente perguntou: “mas você conversou com quais países africanos? Você está falando da União Africana, você está falando da Uganda, você está falando da África do Sul, exatamente quem está colocando essa indisposição para a inclusão do termo?” Foi quando ele nos retornou dizendo que fez a conversa e depois retornou para a gente dizendo: “olha, realmente não tem essa indisposição”. Então, também às vezes é importante dialogarmos com os outros países, inclusive para contrapor algumas narrativas que o Brasil acaba ficando muito confortável, e aí não se tornam agentes que poderiam fazer avançar mais a agenda racial. Sempre batemos nessa tecla de que isso é uma responsabilidade do Estado brasileiro, e não só chegar lá e propor, mas fazer todas as costuras necessárias. Outro ponto que também falamos é a importância de que o Brasil, antes de qualquer processo, ou seja, desde agora, pensando a COP29 e até mesmo a COP30, já faça uma articulação consistente dentro do próprio G77. E aí também tem esse papel de como nós, organizações

da sociedade civil, pressionamos esses Estados. Então, vai lá, bate na porta da embaixada desse país e apresenta as recomendações. Acho que tem esse esforço que é importante para não deixar o Brasil confortável para não avançar em algumas agendas.



MANUELA THAMAMI | OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE: *Dadas as limitações da nossa organização, seja de braço mesmo, seja de financiamento e de outras questões, entendemos que não estaremos presencialmente nesses espaços necessariamente, em todos esses espaços. Mas a própria gênese do Observatório, e um dos pilares muito fortes, é a produção de conhecimento. Podemos munir as organizações que estão mais nessa linha de frente de dados para embasar o argumento, pensando por essa ótica da branquitude. Então, quando a gente fala de mercado de crédito de carbono, por exemplo, é um assunto que estamos mapeando, entendendo quais são as possibilidades da nossa entrada e que está altamente ligado ao tema da branquitude, se formos pensar nisso que falamos, desta*

solução que não é uma solução, que continua levando o mundo para o seu fim. Podemos colaborar nesse sentido, trazendo informações e identificando quais são, de fato, os assuntos que têm uma lacuna de apropriação das organizações negras para que possamos entrar. Por isso, essa formação para a gente é muito interessante e rica, para entender o cenário geral e como podemos ser mais propositivos.

PARTICIPAÇÃO IN LOCO NOS PROCESSOS

MARIANA BELMONT | GELEDÉS: *As organizações que não conseguem participar de todos os espaços podem, sim, subsidiar as organizações negras que, por exemplo, já confirmaram que vão. Trago um exemplo: no caso específico da transição justa, o diplomata do Itamaraty solicitou à Geledés, na hora, dados. Vocês têm dados? Vocês têm dados sobre isso, assim? Eu, na hora, fiquei um pouco reticente, porque acho que vários dados são públicos e o Itamaraty deveria estar municiado de informações para negociações. Mas não é isso que acontece muitas vezes, na maioria das vezes. Mas ter isso, eu acho que é importante tanto previamente ou, se nessa COP, por exemplo, vocês puderem ir e já tiverem materiais,*

**MARIANA
BELMONT,
GELEDÉS**

as organizações poderem acessar vocês durante o processo, pedir alguma coisa, perceber que isso vai ser um tema e munir o governo para ficar ali no pé deles. Acho que pode ser bem importante. E também usar a imprensa e os meios de comunicação para ir alimentando eles, mesmo que vocês estejam aqui, porque lá a gente acompanha e o governo também está acompanhando, o Itamaraty e os ministérios. Isso é um ponto. Agora, sobre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), eles precisam receber todos os documentos que temos feito, além de mandar esses documentos para submissão da UNFCCC e também para o Itamaraty, com as nossas recomendações. Enfim, acho que é importante também contar isso para o Ministério, talvez das Mulheres, e para os ministérios que vocês julgarem mais próximos. Mesmo que eles não participem ativamente, é importante que sejam comunicados sobre qual é o tema que estamos trabalhando e pressionando, porque os negociadores, muitas vezes, estão presencialmente lá. E, por fim, quero destacar não só a importância de dialogar com a sociedade civil, mas também de participar ativamente das reuniões que ela realiza com a diplomacia brasileira, pois esses encontros são espaços estratégicos para apresentar pautas, fazer perguntas e pressionar por

**MARIANA
BELMONT,
GELEDÉS**

avanços nas negociações. Nas COPs isso acontece quase todo dia. No final do dia, a gente se reúne para ouvir a diplomacia e fazer perguntas. Em Bonn isso aconteceu no início e quase no final. Mas é a hora também de pressionar o Itamaraty publicamente diante da sociedade civil. O que eu sinto é que, nós pressionando a sociedade civil, especialmente as organizações brancas, elas percebem muito da nossa agenda e também ficam mais alertas. Assim, acabam nos procurando às vezes para consultas em que podem ajudar em lugares que nós não estamos. Óbvio que não dá para confiar, mas a gente fica no radar com essa galera.

COMO É QUE NÓS VAMOS DIALOGAR COM A DIPLOMACIA BRASILEIRA? O PLANO CLIMA

THAYNAH GUTIERREZ | REDE POR ADAPTAÇÃO ANTIRRACISTA:

O Plano Clima, no contexto doméstico aqui no Brasil, terá vigência de muitos anos. O Plano Clima está previsto para ter vigência até 2035, contendo metas ambiciosas para a NDC⁶ e para o que vai ser das políticas de adaptação climática. É importante pressionar os diplomatas e os negociadores climáticos a subirem

⁶ A NDC (Nationally Determined Contribution, ou Contribuição Nacionalmente Determinada) é o compromisso assumido por cada país, no âmbito do Acordo de Paris, de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a adaptação climática.

THAYNAH
GUTIERREZ,
REDE POR
ADAPTAÇÃO
ANTIRRACISTA

um pouco essa régua da NDC e conseguirem ter esse apelo político, porque, internamente, isso vai ter uma vigência muito grande, maior do que a gente vai conseguir acompanhar.

MÓDULO 2

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E INCIDÊNCIA POLÍTICA

O segundo módulo aprofundou a discussão sobre a disputa global por financiamento, os riscos de uma vinculação dependente entre as agendas de adaptação e mitigação e a necessidade de garantir que os recursos cheguem efetivamente às comunidades e organizações de base. Também foram debatidas táticas para submissão de propostas à UNFCCC, estratégias de pressão sobre o Itamaraty e outros órgãos governamentais, além da urgência de inserir a pauta racial de forma estruturante na agenda climática internacional, com o objetivo de ampliar a representatividade e a força política das organizações negras nas próximas conferências, especialmente na COP30, no Brasil.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

VICTOR OLIVEIRA | ALMA PRETA: *Nos últimos meses eu tenho passado por um treinamento também do WIX, que fala sobre três pilares importantes: adaptação, sistemas alimentares e financiamento climático. Eu acho que há dois desafios entre dois pilares importantes, que são adaptação e financiamento. Eu estou acompanhando as pautas da COP e entendo que eles estão usando o financiamento climático para resolver coisas da adaptação climática. Eu acho que é uma questão para ficarmos atentos, para que um pilar não dependa do outro e assim não coloque em risco as pautas de financiamento para a nossa comunidade, e não fique apenas resolvendo os problemas da adaptação climática. Esses problemas que aconteceram, por exemplo, no Rio Grande do Sul, acontecem em outras regiões do Brasil e vão continuar acontecendo com mais firmeza. Eu acho importante garantir o que é cada pilar e fazer com que eles sejam respeitados e discutidos em sua síntese durante as discussões da COP.*



THAYNAH GUTIERREZ | REDE POR ADAPTAÇÃO ANTIRRACISTA:

Quero fazer um comentário em cima disso que o Victor trouxe, sobre essa questão do financiamento querer resolver a adaptação e vice-versa. Temos feito essa reflexão dentro da Rede de que eles têm utilizado o financiamento para barrar a adaptação, para dizer que, se não se chegar a um cálculo, não tem como começar a propor políticas de adaptação globais, porque não há dinheiro suficiente. A nossa grande reflexão sobre como o Brasil se comporta diante dessa disputa global é que o país tem se aproveitado disso para dizer: como não tenho dinheiro suficiente para fazer a adaptação que precisa, vou esperar o momento em que os países decidirem pagar o que precisam pagar para que então possamos fazer a adaptação. Só que, com isso, está se escolhendo quem vai morrer primeiro nessa escalada até o fim do mundo, porque, se não há dinheiro nenhum para fazer qualquer tipo de adaptação, os países mais sobrecarregados pelos eventos climáticos extremos vão padecer primeiro. Temos, portanto, apresentado uma narrativa de que, independente da decisão sobre o financiamento climático sair para a COP30 ou para a COP31, é necessário pegar todo o recurso disponível hoje e direcioná-lo para adaptação, porque é uma agenda que precisa desses recursos agora.

**SUBMISSÃO DE PROPOSTAS E TEXTOS
NA PLATAFORMA DA UNFCCC**

MARIANA BELMONT | GELEDÉS: *As recomendações que a gente manda pelo site da UNFCCC podem ser enviadas em conjunto com outras organizações credenciadas como observadoras. Isso pode ser feito durante o ano todo. Ao fazer essas submissões, deve-se continuar conversando com a diplomacia, tem que dar uma infernizada na diplomacia que cuida de cada agenda. O que temos feito é dialogar e conversar bastante com eles. Então, a gente se via no corredor de Bonn, por exemplo, e eu acho que ou eles queriam fugir ou eles falavam: “Não, gente, a gente está pautando raça, calma!”. Devemos continuar dialogando para que eles, nas negociações, não percam de vista que nossa pauta é importante. Foi assim que entraram raça e gênero no documento do GGA. Quanto mais submissões e mais conteúdo formos construindo em cima dessa agenda, mais vamos pressionando também o governo brasileiro para se posicionar.*

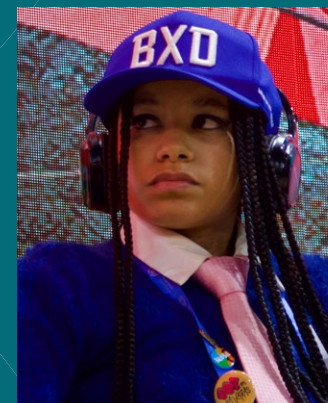


PERSPECTIVAS, PAVORES E MEDOS

ESTHER SOUZA | MNE: *Para mim é tudo muito novo. Esse é o segundo dia de treinamento que eu estou fazendo e estou grata, porque não tem como ser pega de surpresa na hora. Você já acabou alertando sobre muitas coisas que podem vir a acontecer e como agir. Apesar das incertezas e revoltas, quando íamos pesquisando, por exemplo, sobre gênero e raça e não aparecia nada, eu pensava: “rapaz, que é isso?”. Mas suas falas (de Iradj) têm contribuído muito para saber como lidar com isso.*

THUANE NASCIMENTO (THUX) | PERIFACONNECTION:

Eu tenho um pavor especial em relação a essa COP (29 em Baku) e à próxima. Temos uma expectativa muito grande em relação ao posicionamento do Brasil e nós, como sociedade civil, podemos mobilizar a pauta do clima. Então, eu fico muito preocupada com a possibilidade de a gente sair de uma COP30 sem sucesso. Vamos incluir afrodescendentes em todos os textos, para que realmente



THUANE NASCIMENTO (THUX), PERIFACONNECTION:

FOTO: ISABELA GAIDIS/
GELEDÉS-INSTITUTO
DA MULHER NEGRA

a questão racial e o combate ao racismo sejam incorporados. Que também sejam considerados como uma “constituency”, em qualquer formato dentro da agenda da COP, assim como existe a dos povos indígenas, que têm uma agenda própria e uma cadeira; assim como há a da juventude e a de gênero. Acho que é uma perspectiva que precisamos muito alcançar, para que a pauta racial chegue nesse patamar. Mas sempre fico com medo, porque me apavora ver documentos que incluem todas as classificações possíveis, como o que vimos aqui, que menciona até pessoas com deficiência — que normalmente são uma categoria muito esquecida — mas não traz o debate racial. Isso, para mim, é algo que não entra na minha mente: como alguém redige um documento e não inclui as pessoas afrodescendentes, não coloca o combate ao racismo. Fico com muito receio de a gente não conseguir avançar nisso, principalmente sendo o nosso país majoritariamente formado por pessoas negras. Mas, enfim, estamos aqui reunidos para não terminar na “deprê”, né? Para poder mudar isso, e eu acho que vai dar bom sim.



RONILSO PACHECO

FOTO: ISABELA GAIDIS/
GELEDÉS-INSTITUTO
DA MULHER NEGRA



LÍDIA LINS

FOTO: ISABELA GAIDIS/GELEDÉS-
INSTITUTO DA MULHER NEGRA



CAROLINA MACIEL

FOTO: ISABELA GAIDIS/
GELEDÉS-INSTITUTO
DA MULHER NEGRA



MWANAHAMISI SINGANO

FOTO: ISABELA GAIDIS/GELEDÉS-
INSTITUTO DA MULHER NEGRA

EVENTOS PARALELOS DURANTE A COP29

O painel, organizado por **Vozes Negras pelo Clima, Conectas Direitos Humanos, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Rede por Adaptação Antirracista, Instituto Alana, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), Iyaleta - Pesquisa, Ciências e Humanidades, Clima de Eleição e Geledés - Instituto da Mulher Negra**, discutiu a construção de uma proposta de adaptação climática antirracista, voltada ao enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero, geracionais, sociais, regionais e territoriais.

O debate ressaltou a necessidade de políticas públicas estruturantes, interseccionais e intersetoriais, capazes de assegurar o bem viver, proteger vidas historicamente vulnerabilizadas e garantir a conservação dos biomas. Foram enfatizadas tanto ações de caráter estrutural, voltadas a longo prazo, quanto medidas emergenciais, destinadas a reduzir de forma imediata os impactos dos eventos climáticos extremos sobre populações mais expostas e em situação de vulnerabilidade.

O painel “**Meta Global de Adaptação – dados necessários sobre raça, gênero e idade**” teve como objetivo aprofundar o debate em torno da produção e do uso de dados relacionados à raça, gênero, idade e renda no contexto do Objetivo Global de Adaptação (GGA). A discussão buscou identificar estratégias para a geração de informações territoriais que possibilitem monitorar e orientar políticas públicas voltadas à população afrodescendente, às mulheres, aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e às crianças, fortalecendo, assim, a justiça climática e social.

A iniciativa foi promovida por Geledés - Instituto da Mulher Negra, Vozes Negras pelo Clima, Conectas Direitos Humanos, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Rede por Adaptação Antirracista, Instituto Alana, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB) e Clima de Eleição.

EVENTO PARALELO À CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE 2024 (COP29), COM O TEMA: 'ADAPTAÇÃO ANTIRRACISTA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS' - ORGANIZAÇÕES VOZES NEGRAS PELO CLIMA, CONECTAS, INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO, REDE POR ADAPTAÇÃO ANTIRRACISTA, INSTITUTO ALANA, INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL, ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA IYALETA, CLIMA DE ELEIÇÃO E GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA



PAINEL "META GLOBAL DE ADAPTAÇÃO - DADOS NECESSÁRIOS SOBRE RAÇA, GÊNERO E IDADE". REALIZADO POR GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA, VOZES NEGRAS PELO CLIMA, CONECTAS, INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO, POR ADAPTAÇÃO ANTIRRACISTA, INSTITUTO ALANA, INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL E CLIMA DE ELEIÇÃO. RONILSO PACHECO, MWANAHAMISI SINGANO, MARIANA BELMONT, LETÍCIA LEOBET, THAYNAH GUTIERREZ, LÍDIA LINS E CAROLINA MACIEL. (DA ESQUERDA PARA A DIREITA).

FOTO: NATÁLIA CARNEIRO/GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA



**ENCONTRO DA SOCIEDADE CIVIL
DA COP 29 COM REPRESENTANTES
DO GOVERNO BRASILEIRO**
FOTO: NATÁLIA CARNEIRO/ CASA SUELI CARNEIRO



FOTO: ISABELA GAIDIS/GELEDÉS-
INSTITUTO DA MULHER NEGRA

**ENCONTRO DE MULHERES
QUILOMBOLAS**
FOTO: ISABELA GAIDIS/GELEDÉS-
INSTITUTO DA MULHER NEGRA



**ENCONTRO
DE MULHERES
QUILOMBOLAS**
FOTO: ISABELA GAIDIS/
GELEDÉS-INSTITUTO
DA MULHER NEGRA



A COP29 fracassou no país com a paisagem de poços de petróleo

Por Mariana Belmont



MARIANA BELMONT
Jornalista e assessora de Clima e Racismo Ambiental de Geledés - Instituto da Mulher Negra, faz parte do conselho da Nuestra América Verde e da Rede por Adaptação Antirracista. É organizadora do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil” (Oralíтурas, 2023).



UFA! Agora posso dizer que tive a sensação de que não avançaríamos no Azerbaijão. Talvez essa percepção já tenha me atravessado de forma objetiva no primeiro dia, ao sair do hotel e cruzar um mar de poços de petróleo em pleno funcionamento.

Você sabia que pode haver um poço em operação no quintal de alguém que mora em Baku? Estranhíssima a paisagem que víamos todos os dias pela janela do ônibus até o espaço onde aconteciam as negociações da 29ª Conferência das Nações

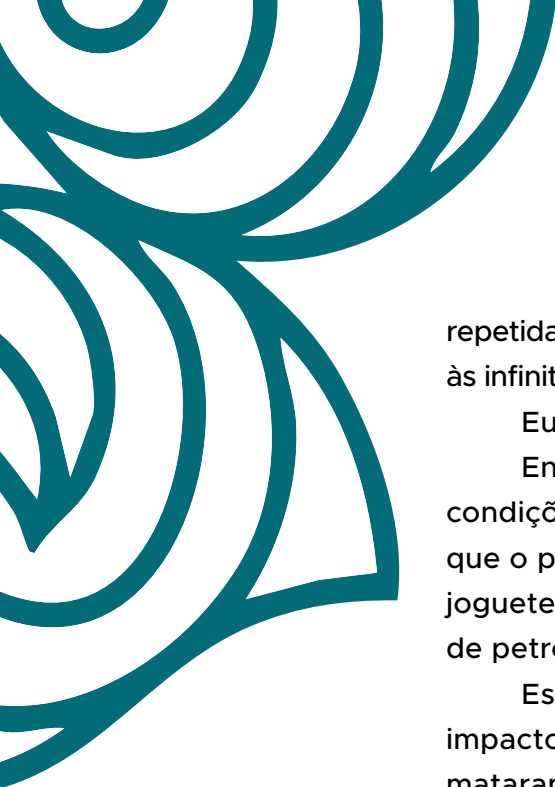
Foto: Fael Miranda

Unidas sobre Mudanças Climáticas. Tubulações enormes ocupavam as calçadas, e o horizonte era dominado por máquinas perfurando e sugando o líquido que o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, chamou de “presente de Deus” em seu discurso de abertura da COP29.

Aquilo não tinha como dar certo. Mesmo assim, permanecemos lá, pela importância política da pressão da sociedade civil em espaços como aquele. Com alimentação superfaturada e de baixa qualidade, perambulávamos pelos corredores entre frio e calor. Tudo soava estranho: reuniões constantemente marcadas e desmarcadas, confirmadas na noite anterior e, ao chegar, observadores em filas que eram desfeitas sem explicação. As agendas desapareciam das telas espalhadas pelo evento. Não vai ter negociação?

Negociadores estavam perdidos, sem saber o que acontecia. Questionados pela sociedade civil, alguns admitiam: “Nunca vivenciamos isso, não sabemos o que está acontecendo. Nunca trabalhamos com negociação sem negociação”. Tudo o que havia sido acordado em Bonn, na conferência preparatória, foi apagado do drive do Azerbaijão. Novos documentos surgiram com textos confusos, vazios e irresponsáveis, descartando qualquer menção a direitos humanos.

“Vocês precisam entender que direitos humanos não são consenso. Afrodescendentes não são consenso e gênero só às vezes”. Essa era a frase



repetida por diplomatas nos corredores — difíceis de percorrer, aliás, devido às infinitas reuniões fechadas das quais a sociedade civil era excluída.

Eu sabia que aquilo não ia dar certo.

Enquanto isso, bairros, cidades e países enfrentavam condições climáticas cada vez mais extremas, deixando claro que o progresso era insuficiente para evitar a crise. Negociações, joguetes políticos ridículos e o desfile de cardápios impregnados de petróleo não acompanhavam o ritmo do colapso climático.

Este ano caminha para ser o mais quente já registrado, com impactos crescendo mais rápido do que o esperado. Inundações mataram milhares na África, deslizamentos enterraram cidades inteiras, secas na América do Sul encolheram rios vitais para transporte e alimentação, e enchentes causaram centenas de mortes e bilhões em prejuízos econômicos. Já que o orçamento é apertado, vamos falar dele?

Me intrigou a alegria no rosto de Simon Stiell, chefe do órgão climático da ONU. Seria cansaço? Alívio por não precisar mais pagar cafés caríssimos? Ou será que ele realmente estava satisfeito com um financiamento que não chega nem perto do necessário para enfrentar uma crise que já está matando pessoas?

Perdemos todos. E, na esteira dos eventos climáticos, perdem mais os pobres, as mulheres, as crianças, os povos indígenas, os quilombolas, a população negra e periférica do mundo inteiro. Muitos já estão

perdendo a vida cotidianamente, como lembraram líderes mundiais em discursos emocionados na COP29. Pessoas e biodiversidade morrem, mas o que importa é atrasar e evitar pagar a conta.

Recomendo a leitura **das avaliações do Observatório do Clima, de Geledés - Instituto da Mulher Negra e do Laclima**, especialmente sobre financiamento, afrodescendentes e direitos humanos.

Tivemos uma presidência da COP29 altamente conservadora, em sintonia com o dress code da festa que organizaram. O que mais esperar de um país sem democracia?

Será que o Brasil está preparado para presidir a COP30? Um país que cogita abrir um poço de petróleo na Amazônia? Com ministros negacionistas que também veem o petróleo como bênção?

A COP30 não resolverá nossos problemas internos e externos, mas vai expor nossas contradições, e isso é positivo. Resolver problemas em casa? Concordo. Mas não adianta prometer internacionalmente enquanto o governo se mantém atrelado aos combustíveis fósseis. Não dá para se dizer ambicioso sem demarcar territórios quilombolas e titular territórios indígenas. Não temos clareza no Plano Clima - Adaptação, e a participação social continua sendo um buraco malfeito.

Infelizmente, preciso dizer: não haverá descanso. Resta saber como o Brasil fará para não deixar ninguém para trás.



COP29 e as oportunidades de aprendizado diante das indefinições

Por Natália Neris



NATÁLIA NERIS
Doutora em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP e Coordenadora de Incidência Política da Casa Sueli Carneiro.

(...) A crise ambiental que está destruindo o planeta é resultante dos hábitos de consumo dos países industrializados e não do número de habitantes dos países pobres. A população rica dos países industrializados é responsável por 70% da poluição do planeta. No Brasil não são os pobres que destroem a natureza, mas as grandes empresas madeireiras e de exploração mineral e os grandes latifundiários.

Benedita da Silva na Justificativa do Requerimento 796 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no ano de 1992 (CPI da Laqueadura) in SILVA; MENDONÇA; BENJAMIN, 1998:114 e 115.

Foto: Natália Neris

NOS ANOS 1990, no Brasil e em outros países subdesenvolvidos, a prática do controle de natalidade por meio de laqueaduras sem consentimento de mulheres pobres, financiada por países desenvolvidos, era disseminada e foi publicizada a partir da denúncia do movimento de mulheres negras brasileiras, culminando em uma [Comissão Parlamentar Mista de Inquérito](#) presidida pela então senadora Benedita da Silva. A redução da pobreza e a proteção do meio ambiente surgiam como justificativas principais da medida.

E por que trago este fato, que antecede em um ano a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), e a justificativa de Benedita da Silva na epígrafe de um relato sobre a COP29? O fio que liga essas histórias é justamente o funcionamento do capitalismo de forma predatória, que busca justificar medidas que afetam desproporcionalmente populações vulnerabilizadas e, de forma muito concreta, seus corpos e modos de vida, em especial o das mulheres. Na COP, conhecida como “COP do financiamento”, analistas expressaram frustração em relação à responsabilização financeira de países desenvolvidos diante da crise climática, tanto no que se refere ao volume de recursos quanto aos modelos de repasse aos países em desenvolvimento. Observou-se a presença





⁶ Nesses sentidos conferir nesta cartilha o texto de Mariana Belmont sobre dinâmica do evento e contexto do Azerbaijão em relação aos combustíveis fósseis e Letícia Leobet, sobre as tentativas de enfraquecimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

elevada de lobistas ligados ao agronegócio, com acesso às salas de negociação, em contraste com a presença reduzida, embora resiliente, de ativistas da sociedade civil em geral e da brasileira em particular, restritos a eventos paralelos e manifestações.¹⁰ Entre essas manifestações, chamou atenção da Casa Sueli Carneiro aquelas que denunciavam o possível retrocesso na linguagem de Direitos Humanos relacionada às questões de gênero e interseccionalidade no item 14 da agenda da COP “Gênero e Mudanças Climáticas”. O tema avançou na medida em que **se estendeu por mais dez anos o “Lima Work Programme on Gender (LWPG)”**, que favorece a responsabilização de governos na integração de questões de gênero à agenda climática em seus planos e políticas, já que incentiva a coleta de dados desagregados por gênero e idade e fornece um roteiro para o desenvolvimento de um plano de ação de gênero (GAP). **Reconheceu-se ainda a importância de beneficiar mulheres na Nova Meta de Financiamento Climático (NCQG). Todavia, não foram estabelecidas metas claras para o financiamento sensível a gênero, tampouco foi reconhecida a relevância da interseccionalidade, ou seja, a diversidade entre mulheres e como isto pode gerar desigualdades específicas.**

À exceção do Artigo 6, que trata da regulação do mercado de carbono, as agendas de Adaptação, Mitigação, Balanço Global do Acordo de Paris, Perdas e Danos, Transição Justa, Transferência de Tecnologia e Transparência, algumas das quais acompanhamos diariamente nas salas de negociação, devem levar importantes decisões para a COP30.

O quadro brevemente apontado neste texto demonstra que elementos de geopolítica dão o tom em processos globais como este. Ainda assim, pode haver tempo para que ao menos o Brasil, anfitrião da próxima COP, trabalhe na integração das agendas de clima às de justiça racial e social, adote medidas concretas para fazer valer as metas do Acordo de Paris e, principalmente ao longo do próximo ano, amplie o diálogo com setores da sociedade civil, com atenção especial para a população negra, indígena e periférica. É preciso que não apenas nossas denúncias sejam ouvidas, mas também as soluções que propomos, pois são exatamente aqueles e, sobretudo, aquelas que, passados quase 40 anos da CPI citada e da primeira conferência relevante sobre clima, ainda sentem os reflexos das crises em seus corpos.





REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

